

A DEBACLE DA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA: DA DESILUSÃO AO ENCERRAMENTO DE UM CICLO DEMOCRÁTICO¹

Renata Peixoto de Oliveira²

Resumo: Este breve ensaio visa refletir sobre a crise política brasileira na contemporaneidade, a partir da compreensão deste processo enquanto parte de um giro democrático regional que nos leva a um momento de inflexão no que diz respeito à terceira onda de democratização. Este processo antes originou os regimes democráticos instaurados em diversos países da região no período pós-ditatorial. Para além da percepção de crise de determinados governos ou de crise da nova esquerda latino-americana, aqui se propõe a discussão sobre os elementos fundacionais ou estabilizadores daqueles regimes que, ao se abalarem ou desaparecerem, ocasionaram um giro democrático que exemplifica a atual crise da democracia e do regime republicano em diversos países. No caso brasileiro, buscaremos compreender sua crise recente, através de uma análise dos principais elementos que constituíram a Nova República (1985-2016), bem como seus pactos fundacionais. Assim, se podem lançar algumas luzes sobre os desafios políticos recentes do caso brasileiro e das atuais necessidades para a recomposição de seu regime democrático. Neste caso, observa-se se isso ocorre no compasso das tradições republicanas e as possibilidades de aprofundamento democrático no sentido de uma maior densidade destes regimes.

Palavras-chave: densidade democrática brasileira; tradição republicana; crise política da Nova República; giro democrático; terceira onda de democratização.

LA DEBACLE DE LA NUEVA REPÚBLICA BRASILEÑA: DE LA DESILUSIÓN HASTA EL ENCIERRE DE UN CICLO DEMOCRÁTICO

Resumen: Este corto ensayo visa a reflexionar acerca de la crisis política brasileira en la contemporaneidad a partir de la comprensión de este proceso en cuanto parte de un giro democrático regional que nos lleva a un momento de inflexión en lo que se refiere a la tercera ola de democratización. Este proceso ha originado a los regímenes democráticos instaurados en diversos países de la región en el período post-dictatorial. Más allá de la percepción de crisis en determinados gobiernos o de una crisis de las nuevas izquierdas latinoamericanas, acá se propone la discusión acerca de los elementos fundacionales o estabilizadores de aquellos regímenes que, al desestabilizarse o desaparecieron, ocasionaron un giro democrático que afectó a la democracia y el régimen republicano en diversos países. En el caso brasileiro, buscaremos comprender la crisis reciente a través de un análisis de los principales elementos que constituyeron la Nueva República (1985-2016), bien como a sus pactos fundacionales. Así, se puede lanzar algunas luces en los desafíos políticos recientes y las necesidades actuales para la recomposición del régimen democrático brasileiro en el compaso de las tradiciones republicanas y las posibilidades de profundización democrática en el sentido de más densidad democrática de estos regímenes.

Palabras-Clave: densidad democrática brasileña; tradición republicana; crisis política de la Nueva República; giro democrático; tercera ola de democratización.

1 Trabalho oriundo da comunicação A debacle da Nova República Brasileira (1985-2016): breve ensaio sobre a desilusão e a terceira onda de democratização apresentado no XIII Congresso Nacional y VI Congreso Internacional sobre Democracia, organizado por la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario de 10-13 Setembro de 2018. Esta versão foi ampliada, atualizada e revisada.

2 Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

THE BRAZILIAN NEW REPUBLIC DEBACLE: FROM DISILLUSION TO THE END OF A DEMOCRATIC CYCLE

Abstract: The aim of this short essay is to reflect about the contemporary Brazilian political crisis consisting in the comprehension of a regional democratic turn process that creates an inflexion moment concerning the democratic third wave. That process originated the democratic regimes installed in some different countries of the region in the post-dictatorship period. Far beyond the perception that the left wage is in crisis all around the region or that we have just some governments in crisis, we discuss the fundamental or stabilizing elements of such regimes that, when abolished or destabilized originated a democratic turnout affecting democracy and the republican regime in many countries. In the Brazilian case, we search to comprehend this recent crisis analyzing the manly elements that constituted the New Republic (1985-2016), and its original political pacts. On this way, it's possible to enlighten some contemporary political obstacles and necessities in recomposing the Brazilian democratic regime or it's republican tradition rhythm as also to pursue the possibilities of deepening democracy in their regimes density building.

Key Words: Brazilian democratic density; republican tradition; New Republic political crisis; democratic turn; democratization third wave.

Introdução

Nos últimos anos, o grupo Democratização na América Latina em perspectiva Comparada (DALC) da Associação latino-americana de Ciência Política (ALACIP) assumiu uma agenda de pesquisa voltada a compreensão dos atuais desafios políticos para as democracias da região. No bojo deste processo, esta pesquisadora assumiu uma agenda de pesquisa que buscava, inicialmente, compreender a densidade de alguns regimes políticos, principalmente, dos países andinos, em meio à combinação existente entre regimes (democráticos) e modelos de desenvolvimento (neoliberais). Neste ponto, chega-se a uma discussão muito próxima a da qualidade da democracia, mas neste caso, sinalizando outra nomenclatura que versa sobre a densidade destes regimes políticos.

Paralelamente, percebe-se que nos últimos anos, a literatura especializada também engendrou análises em torno do processo do avanço neoconservador em vários países da região, o que reverteria a onda de governos progressistas surgida a inícios do século XXI. Já em nosso caso, as discussões avançaram para o entendimento de que existem giros democráticos que vão muito além da simples dicotomia esquerdas e direitas. Na verdade, estes giros não estariam compreendidos dentro dos regimes democráticos, como a dicotomia acima se refere, mas sinalizando um movimento pendular mais amplo, que se refere ao regime político em si, e que abarca este giro menor que se refere a posições no espectro político ideológico de um determinado Sistema Político. Ou seja, estamos em um momento de

inflexão que sinaliza um giro reverso no sentido republicano e democrático, assim, o movimento se dá antes direcionado ao movimento antirrepublicano e antidemocrático. Seria este o sentido das mudanças que apontam o avanço neoconservador. O conservadorismo, não mais que assume privilégios na velha democracia, mas que a dilacera, rompendo com a democracia liberal.

O objetivo central desta reflexão aqui proposta é a de empregar este conceitual teórico apresentado em trabalhos recentes para um melhor entendimento do caso brasileiro. Dessa forma, procurar-se-á partir dos principais acontecimentos que sinalizam a instauração de um processo de crise política que se estende das manifestações de 2013 ao processo de impedimento político da presidenta Dilma Rousseff em 2016, passando pelo agravante da prisão do ex-presidente Lula em 2018.

Bem, se este é o ponto de partida para a argumentação a ser sustentada, se torna central a análise dos elementos que nos permitem entender a construção, a permanência e a estabilidade do regime político brasileiro de 1985 até o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Um aspecto elementar nesta discussão seria a compreensão da erosão da base de legitimidade não de um governo em particular, mas da própria democracia em si. Esse processo culmina com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, a partir das eleições de 2018.

Seria oportuno resgatar alguns elementos, nestas elucubrações sobre o caso brasileiro. Ao voltarmos nossa atenção para o período de trinta e um anos de regime democrático no país podemos destacar os elementos mais relevantes. Teríamos então a considerar nesta análise, as características de nossa transição democrática (pactuada), a construção do regime democrático em meio à desestabilização (características dos governos Sarney e Collor, sobretudo), e, a posterior estabilidade bipartidária dos anos 2000.

Podemos perceber que cada uma das questões acima apontadas, se refere a uma fase destas três décadas, justamente por esta razão, daremos vazão às discussões sobre cada ponto em três distintas seções. A discussão aqui trazida será dividida da seguinte maneira, um primeiro bloco constando de uma primeira seção intitulada *A transição brasileira em meio ao processo da terceira onda de democratização*, uma segunda cujo título seria *O Pacto estabilizador centrista e o bipartidarismo brasileiro*, e uma seção chamada *Neoconservadorismo e a crise democrática brasileira em meio ao governo Rousseff*. Por fim, uma derradeira seção intitulada *Do Fora Temer ao Bolsonaro*. Em seguida, a título de

algumas conclusões, algumas reflexões e um esforço analítico um pouco mais sistematizado sobre as interpretações plausíveis ao recente fenômeno de crise democrática no caso brasileiro.

1. A transição brasileira em meio ao processo da terceira onda de democratização

A tradição política brasileira traz consigo elementos que pautam uma cultura tradicional, familiar, conservadora, clientelista e patrimonialista. Somos o oposto dos ideais republicanos, democráticos e, até mesmo, liberais. Nossas raízes foram construídas em um longo e excludente passado colonial e escravocrata. Nossa gênese como nação ocorreu pelos braços da monarquia em uma política imperial internamente e imperialista em relação a nossos vizinhos.

As duas décadas de ditadura militar, no século XX, apenas corroboraram e cristalizaram tradições políticas e culturais de nossas elites bem como o apoio que frequentemente recebem das classes médias urbanas. Em que pese o passado histórico aqui relatado, a construção de uma imagem cordial, receptiva e harmônica do povo brasileiro é uma constante.

A própria ditadura militar brasileira, assentada no clássico modelo do autoritarismo burocrático militar, primou pela tentativa de salvaguardar sua imagem, não meramente de normalidade, mas, sobretudo de superioridade em relação aos regimes militares dos países vizinhos no mesmo período: *aqui não tivemos ditadura*. Isto pode ser atestado pela manutenção da competição partidária entre Arena, o partido oficial do regime, e o MDB, o partido que representava as forças de oposição. Além disso, o regime brasileiro garantiu a perfeita rotatividade entre generais, evitando-se contra golpes ou golpes internos, como nos casos peruano, equatoriano e argentino. Também evitou o isolamento de um único líder como nos casos chileno (Pinochet), paraguaio (Stroessner) e, anteriormente, o venezuelano (Pérez Jimenez).

A própria abertura política brasileira instigou um processo lento e gradual, que teve início com o governo Geisel (1974-1979) consumando-se com a retirada militar apenas em 1985 e com eleições diretas apenas em 1989.

A natureza e características dessa redemocratização, por si mesmas, nos levam a questionar a tradição republicana e democrática do país. Ainda mais ao voltarmos nossa atenção para as outras ondas de redemocratização ocorridas e como se comportou o caso brasileiro nas mesmas. De acordo com Samuel Huntington, em seu clássico estudo sobre as ondas de democratização, lançado em 1984, teríamos três grandes ondas, acompanhadas por suas ondas reversas. A primeira delas, de finais do século XIX até o período do entre guerras, que no caso brasileiro corresponderia a uma república fundada sem participação popular e por intermédio dos militares e que nas primeiras décadas do século XX, seria marcada pelo regime oligárquico conhecido como República Velha. A segunda onda de democratização compreenderia o pós-segunda guerra mundial e, no caso brasileiro, abrangia o período 1946-1964, sendo conhecida de República Nacional Populista. Este breve período democrático brasileiro foi interrompido pelos vinte e um anos de regime militar e mais cinco anos de um governo civil que foi eleito indiretamente, ou seja, uma transição ainda incompleta. Talvez, este seja um dos aspectos mais singulares e notáveis da transição brasileira que concretiza a saída dos militares através de uma eleição indireta, desconsiderando e rejeitando as grandes mobilizações populares que se deram entre 1983 e 1984 em torno da campanha conhecida como Diretas Já e se tornando caso singular entre as transições ocorridas em todo o continente no mesmo período.

A própria ascensão de José Sarney (PMDB) à presidência foi revestida de aspectos raros e controversos que passaram despercebidos e foram ocultados do debate público junto à sociedade brasileira. Já não bastasse o caráter pactuado e negociado desta transição que se ocupou, primeiramente, de assegurar a lei de anistia, evitando a responsabilização, julgamento e punição dos militares, argumenta-se que o então novo presidente civil não poderia ter sido nem mesmo empossado. Sarney era vice de Tancredo Neves que faleceu antes mesmo de sua posse, logo o vice-presidente também não teria sido empossado como tal, não podendo assumir a presidência.

Apesar dos questionamentos aqui apresentados, sabe-se que se inaugurou uma nova fase da política brasileira a partir da ascensão de José Sarney à presidência da república. O período foi fortemente marcado pela crise econômica que marcou a transição por uma forte desilusão com a própria democracia, se comparada com toda a propaganda do milagre brasileiro promovido pelos militares. A democracia se inaugurou em meio à recessão, associada ao grande endividamento externo e à hiperinflação que jogaram por terra qualquer

chance remota de avanço democrático no sentido de resgate da imensa e histórica dívida social do país.

De todo este processo conturbado que emoldurou nossa transição, o principal elemento positivo e legitimador do novo regime foi a festejada Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, respeitada pelo meio jurídico internacional por ser considerada uma das mais avançadas do mundo e fruto de importantes debates no âmbito da sociedade brasileira.

Mas a democracia brasileira ainda não tinha apresentado um(a) líder eleito pelo voto direto. As primeiras eleições diretas para presidente(a) da república, desde Jânio Quadros (1961), ocorreram em 1989 e sinalizaram, naquele período, a fragmentação político-partidária do país, a falta de enraizamento dos partidos políticos e a falta de consistência programática que deixaram o eleitorado a mercê de uma disputa construída pelos grandes meios de comunicação.

O sistema multipartidário brasileiro soerguido com o fim da ditadura, praticamente não resgatou nenhum partido do período democrático precedente, salvo às siglas que originaram as disputas entre PTB x PDT e PCB x PCdoB. Do período ditatorial, tivemos a criação do PMDB, originário do partido oposicionista ao regime. Oriundos da Arena, partido do regime militar, tivemos a criação do PDS e do PPB, e, futuramente ao PFL, hoje, Democratas. Excetuando-se estas experiências, o sistema partidário brasileiro foi totalmente remodelado, apresentado novas siglas.

Este novo partidarismo levou a uma primeira disputa eleitoral icônica, plasmada no resgate do Brizolismo e seu PDT; por uma nova conjuração paulistana com a candidatura tucana de Mario Covas; no legado do PMDB que lançou Ulysses Guimarães e; na emergência do líder sindicalista das famosas greves do ABC paulista e seu partido, o primeiro partido de massas do Brasil, o Partido dos Trabalhadores. Dentre eles, um partido oportunista, um partido de aluguel, criado apenas com o intuito de lançar à presidência um político sem expressão nacional. Fernando Collor de Melo, com seu inexpressivo PRN se sagrou vitorioso. Aqui, novamente, a imagem de um país moderno, conectado com os novos ventos da globalização neoliberal e governado por jovens políticos deveria prevalecer.

O governo Collor, primeiro eleito diretamente pelo voto popular em mais de três décadas, foi um fracasso, não chegando a completar seu mandato. O período foi marcado pelo isolamento do executivo e de seu governo perante o congresso nacional,

além de escândalos de corrupção e por tentativas frustradas de sanar a crise com pacotes econômicos impopulares e ineficazes. O processo de impeachment levou ao fim a jornada do político alagoano na presidência e deu espaço a um governo tampão, de transição, encabeçado por seu vice, Itamar Franco do PMDB.

A principal característica do governo Franco e seu principal legado foi o lançamento do Plano Real, plano de convertibilidade econômica com vistas ao controle cambial e inflacionário. Por ocupar a pasta da Fazenda, responsável pelo plano, o sociólogo tucano Fernando Henrique Cardoso se tornou uma opção viável para a disputa presidencial seguinte.

2. O Pacto estabilizador centrista e o bipartidarismo brasileiro

De 1974 a 1985, o Brasil passou por uma primeira e longa fase de transição democrática, marcada por uma distensão do regime autoritário e sua abertura. Este foi seguido do período de 1985 a 1990, quando a transição se concretizou por uma nova constituição e eleições diretas presidenciais.

A partir de 1995, com a ascensão do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ficou evidenciada a natureza do regime democrático brasileiro, que muito timidamente realizou sua redemocratização, ao procurar manter pactos, lealdades e continuidades com o período autocrático, e se centrou na busca de soluções para a crise econômica, renunciando ao nacional-desenvolvimentismo e seguindo o liberalismo democrático de viés neoliberal.

De 1994 a 2014, a política nacional foi marcada pelo bipartidarismo entre PSDB e PT, em meio a um sistema multipartidário tendente a ocupar uma posição centrista do espectro político ideológico e no qual o regime presidencialista de coalizão estabelecia pactos políticos em prol da chamada governabilidade. Dentro deste marco, entre 1994 a 2002, a agenda neoliberal deu a tônica do discurso político brasileiro encontrando no Partido dos Trabalhadores e em movimentos sociais, seus principais antagonistas. Se de um lado, o desemprego, as desigualdades e o deterioro dos serviços públicos e da capacidade estatal foi sentida, por outro lado, o discurso construído a favor do Plano Real e de sua continuidade foi a égide da manutenção da agenda neoliberal por dois mandatos consecutivos do PSDB.

Percebe-se que o desenvolvimentismo que caracterizou a modernização brasileira, não mais serviria aos interesses do capital e da classe burguesa, e a virada neoliberalizante passaria a ser o caminho exaltado pelas elites de Collor à FHC. O neoliberalismo brasileiro não foi tão arrasador quanto o modelo aventado no Chile, México, Argentina quando da realização destas profundas mudanças de percurso ou tão abrangente como o verificado nas experiências colombiana, boliviana e peruana. Assim mesmo, os oito anos de mandato de Cardoso foram significativos e deixaram uma importante dívida social a ser resgatada. Até mesmo o inatingível Real, sentiu-se abalar por uma crise de desvalorização da moeda em 1999 e pelos efeitos da crise asiática, dois anos antes.

Vislumbrar uma agenda social que lograsse refrear o grande abismo social gerado pelo crescimento das desigualdades seria uma maneira de conferir uma face humanizada ao capital. Associar estabilidade, crescimento e resgatar o país da crise social que se aprofundava pareciam ser algo necessário diante dos olhos das classes subalternas e também das classes médias.

Assim, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, após três derrotas eleitorais, parece ser finalmente viável, pois aceitável aos olhos do eleitorado brasileiro, historicamente conservador.

Até a carta ao povo brasileiro (2002), anunciada pelo governo Lula buscou acalmar o mercado, prometendo avanço social sem mudanças drásticas ou estruturais quanto ao modelo econômico brasileiro. Na verdade, tratou-se de um compromisso, um pacto, de amplas parcelas da sociedade e das elites econômicas que consideraram oportuno a chegada de um governo com ampla agenda social, mas sem deixar de priorizar o desenvolvimento e o crescimento econômico compatível com os interesses do capital.

A era Lula foi impactante e seu legado histórico a classifica como um dos períodos mais importantes da vida política do país, como a Era Vargas e o governo JK. Durante seus dois mandatos no poder, o governo petista instituiu programas de redistribuição de renda capazes de tirar milhões de brasileiros e de brasileiras da miséria e de alçar a condição de consumidores e classe média a uma importante parcela da população brasileira. A criação de novas universidades, sobretudo, em regiões periféricas, uma política externa ativa e soberana e um maior resgate do papel do Estado brasileiro na economia, foram marcas registradas

daquela administração. Seguramente, foi um dos períodos recentes da história nacional em que as elites mais se beneficiaram dos avanços sociais e econômicos.

Existiu antes uma considerável resistência, transvestida de medo alardeado pelos opositores ao governo com relação à chegada de um partido de esquerda ao poder. Sempre foi perceptível certa dose de resistência que acobertava profundo preconceito pelas origens humildes (nordestino e metalúrgico) do então presidente. Posteriormente, a própria imagem do Partido dos Trabalhadores também se viria fortemente abalada quando líderes da cúpula se viram envolvidos com os escândalos de corrupção em um esquema que ficou conhecido como mensalão petista, em 2005. Apesar disso, alavancado pelos bons resultados de governo, Lula alcançou a reeleição.

3. Neoconservadorismo e a crise democrática brasileira em meio ao governo Rousseff.

O segundo mandato de Lula abriu espaço para os dilemas em torno de sua sucessão política. Dilma Rousseff que ocupou o cargo de ministra da casa civil se tornou a opção mais provável. Os obstáculos eram consideráveis, pois Dilma não tinha experiência em cargos eletivos; não gozava de popularidade junto ao eleitorado; seria a primeira mulher a ocupar o principal cargo político do país e tinha um histórico de resistência contra o regime militar.

Muito provavelmente, considerando-se possíveis retrocessos na área social com a saída do Partido dos Trabalhadores no poder, Dilma se sagrou vitoriosa e, com isso, desequilibrou a balança que, até então, havia registrado dois governos para o PSDB e dois mandatos para o PT.

Para agravar a situação, o cenário econômico já não era tão favorável e os efeitos da crise que para Lula foram apenas uma “marolinha” foram, posteriormente, registrados com um baixo crescimento do PIB e aumento do desemprego. A Política Externa também, aparentemente, deixou de ser uma prioridade. As concessões políticas de um governo progressista para com o capital foram reforçadas e a dimensão das negociações de um sistema marcado pelo presidencialismo de coalizão foi ampliada.

Apesar dos pesares, os programas sociais do governo, principalmente, o carro chefe de Dilma, o “minha casa, minha vida” garantiram legitimidade e apoio para a continuidade do

projeto petista no poder e, assim, para um possível segundo mandato da presidenta. Mas na medida em que o tempo avançava a oposição ao governo se acirrava. O governo Dilma sentiu os efeitos da crise econômica mundial e se deparou com o descontentamento de setores da esquerda mais radical e dos movimentos sociais.

Uma série de protestos e de discursos contundentes contra o governo foram sentidos. O movimento dos afetados pelas barragens, o movimento dos atingidos pelas obras da Copa do Mundo no Brasil (2014), as críticas em torno dos gastos para as Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016), foram alguns exemplos de manifestações oriundas de movimentos populares. Mas nada saltou mais aos olhos do que as conhecidas jornadas de Junho de 2013, movimentos amorfos e de difícil identificação que tomaram conta das ruas das principais cidades do país.

As manifestações de 2013 nasceram dos protestos realizados por jovens vinculados ao movimento Passe Livre, descontentes com o aumento de R\$0,20 nas passagens de ônibus na cidade de São Paulo. Logo o movimento foi sendo ampliado e abrigando uma teia infinita de insatisfações que se traduziram em discursos aparentemente apartidários e nacionalistas.

As eleições de 2014 ocorreram em um clima marcado por profunda polarização política, animosidades e de um eleitorado bastante dividido entre a opção de reeleger Dilma e garantir ao PT o seu quarto mandato consecutivo ou levar ao poder Aécio Neves, representante tucano da vez na disputa.

Por uma pequena margem, Dilma se sagrou vitoriosa no pleito eleitoral. Inicialmente, houve contestação dos resultados que levou os tucanos a criarem um clima de busca de um terceiro turno das eleições. Em dois anos no poder, Dilma negociou tanto, retrocedeu, fez pactos políticos e adotou uma agenda tão afeita aquela proposta pelos seus opositores que muitos acreditavam estar diante de um verdadeiro estelionato eleitoral.

Isto já não era suficiente para garantir a famigerada governabilidade, o grande objetivo do sistema político brasileiro desde o impeachment de Collor no início dos anos 1990. O congresso nacional era o mais conservador desde 1964, o ano do golpe militar. Os tempos sopravam já em outras direções.

O desgaste do governo foi sendo somado à promoção do desgaste da imagem da própria mandatária, isto apoiado em meios de comunicação hegemônicos que alardearam uma campanha atroz contra o governo. Assim, no segundo ano de mandato, Rousseff enfrentou o

início de seu processo de impedimento que teve início com um período de afastamento, até a histórica votação de seu processo de impeachment em 2016.

O segundo mandato, interrompido, de Dilma Rousseff representou mais do que a queda de um governo, o isolamento de um governante ou o desgaste de uma agremiação partidária, tendo-se em vista de que foi sintomático de uma grave crise republicana. Os desdobramentos daquela crise atingiram em cheio o regime democrático brasileiro. Se em Agosto de 2016, foi aprovado o afastamento em definitivo da mandatária de seu cargo, nos meses seguintes abriu-se espaço para um período de incertezas políticas e denúncias de que no país estaria ocorrendo uma espécie de golpe parlamentar, um golpe institucionalizado.

O afastamento de Dilma representou o início de um período sem precedentes na história política brasileira contemporânea, pela inconsistência do processo em si e pelo desenrolar de um movimento de politização do judiciário e de judicialização da política nacional, que culminariam com a prisão do ex-presidente Lula, justamente, no ano eleitoral de 2018.

4. Do fora Temer ao Bolsonarismo

Com o afastamento de Dilma Rousseff, assumiu o poder seu vice, Michel Temer. Desde o início, mesmo com a celebração do impeachment de Rousseff por muitos, a popularidade de Temer e sua legitimidade foram contestadas. Mesmo diante disso, o novo governo do PMDB logrou avançar em áreas polêmicas como a PEC 55, chamada de PEC da morte, que estabeleceu limite de gastos e congelamento dos gastos públicos por vinte anos. Esta medida foi aprovada em Dezembro de 2016. No ano seguinte, por meio de medida provisória, foi realizada a reforma do Ensino Médio que gerou polêmicas quanto às alterações na carga horária para avançar na educação integral e na retirada de conteúdos obrigatórios da grade curricular. O governo Temer também propôs a reforma da previdência, proposta que encontrou menos aderência da população e de seus representantes no congresso nacional. As condições para a aposentadoria se tornariam mais difíceis a partir de então, mesmo assim, cabe ressaltar que o proposta sofreu alterações que amortizaram os impactos e o teor das mudanças que, inicialmente, foram apresentadas ao poder legislativo. Avaliou-se ainda a

possibilidade de leva-la à votação nos últimos meses do governo peemedebista ou como algo mais factível durante o novo governo do PSL. Por fim, cabe destaque, a reforma trabalhista que alterou pontos referentes à jornada de trabalho, férias, rescisão contratual e litígios trabalhistas. A proposta foi aprovada em 2017 e visou liberalizar ou flexibilizar a CLT, acarretando reações contrárias das entidades que representam os direitos da classe trabalhadora.

Os dois anos de governo Temer foram marcados por medidas impopulares e por grande desaprovação da nova administração. Contudo, este cenário não foi suficiente para grandes mobilizações populares ou qualquer cenário de efervescência política que lembrasse as jornadas de Junho de 2013 ou as mobilizações de 2015.

No primeiro semestre de 2018, o Brasil enfrentou uma greve do setor de transportes. O país parou afetando os setores de serviços, especialmente, a rede hospitalar, o setor de transporte e a rede de ensino. Filas para abastecimento se tornaram uma realidade, mas incidentes não foram registrados e o governo federal não amargou os efeitos da crise. Ainda ganha destaque a intervenção federal sofrida pelo Estado do Rio de Janeiro em função do agravamento dos problemas de segurança pública. Foi a primeira vez que isto ocorreu desde a promulgação da constituição de 1988. No mês seguinte da intervenção, em Março, a vereadora Marielle Franco do PSOL, partido de esquerda, foi assassinada. Suspeita-se de crime político, mas as investigações tardam em avançar.

O ano de 2018 também seria decisivo por ser um ano eleitoral. Depois de quatro vitórias consecutivas do Partido dos Trabalhadores e um processo de impeachment que levou à presidência o PMDB, era chegado o momento de decidir o futuro político do país pelos próximos quatro anos.

O ex-presidente Lula era novamente cotado pelo PT, enquanto o PSDB, seu então, maior rival se decidia quanto à sucessão, depois do descrédito de Aécio Neves que concorreu pela legenda em 2014. Em Setembro, Fernando Haddad, antes cogitado a ser vice na chapa de Lula, teve sua candidatura registrada, diante da não aceitação da chapa original, assumindo a posição de vice, Manuela D'Avilla do PCdoB que antes seria lançada em candidatura própria de seu partido. É interessante perceber que o PT se viu diante de uma crise sucessória com o impeachment de Rousseff e, por isto, voltou a cogitar o retorno do ex-presidente mais popular da história do país. A sucessão não havia sido um problema em 2010 e a alta popularidade do

presidente e aprovação de seu governo, fizeram sua sucessora. Existia um grande temor das classes populares quanto a um possível retrocesso na área social. O segundo governo Dilma já enfrentou dificuldades desde o pleito eleitoral que sagrou sua reeleição, posto que o mesmo fora contestado por seus adversários. Com a interrupção de seu mandato, o PT se viu diante de um dilema para sua sobrevivência política. O ex-presidente Lula, o candidato mais cotado para seu partido e com chances reais de vencer o pleito, fora detido pela Política Federal, ficando de fora da corrida eleitoral ao Planalto Central do país.

As esquerdas e a centro-esquerda lograram sua recomposição com novas lideranças, Haddad (PT), Manuela (PCdoB) e Boulos (PSOL). Até mesmo, dissidentes do PT ou do governo Lula, como Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT) se tornaram nomes muito cotados nas disputas presidenciais. O próprio Partido dos Trabalhadores, embora tenha sido alvo do aumento do chamado sentimento antipetista e enfrentado grande rejeição, demonstrou ser o principal partido político do país, com fôlego para sobreviver a quatro décadas de transição democrática, três derrotas eleitorais de Lula, o escândalo do mensalão, o impeachment de Dilma e a prisão de seu principal líder. O Partido dos Trabalhadores é o único que levou candidatos ao segundo turno, desde a redemocratização do país.

Enfrentar a força política do PT, não seria tarefa fácil, principalmente para um desgastado PSDB. Os tucanos enfrentam uma crise sucessória bem mais aguda e nunca conseguiram emplacar uma verdadeira liderança oposicionista. Até em função disto, o eleitorado mais afeito a esta opção passou a desconsiderar sua lealdade com vistas a derrotar o PT a qualquer custo. Depois de dois mandatos presidenciais na década de 1990, uma importante bancada no congresso e um histórico de prefeituras e governos estaduais em todo o país, o principal oponente do Partido dos Trabalhadores, demonstrava sua apatia, desgaste e já não mais era visto com potencial para derrotar seu adversário.

Neste ínterim, fortalecera-se a opção de uma candidatura que apelasse aos setores conservadores, se apoiasse no discurso moralizante contra a corrupção identificada com o Partido dos Trabalhadores, e angariasse votos em virtude da crise econômica de 2014 e seu agravamento nos anos seguintes. Com uma legenda partidária frágil, a opção de eleger um ex-capitão do exército (expulso das forças armadas), deputado federal há 27 anos (com apenas três projetos de lei aprovados), foi se tornando viável. Em 2018, o nome a ser batido foi o de Jair Bolsonaro do (PSL). Cabe lembrar que quando o presidente Lula saiu da disputa o campo se mostrou ainda mais favorável ao candidato do PSL, partido ao qual se filiou justamente

para poder se candidatar. É preciso considerar que o presidencialista teve sua candidatura fortalecida pelo aparato da mídia hegemônica que passou anos fazendo um ferrenho discurso opositor ao Partido dos Trabalhadores e por uma legião de apoiadores no mundo virtual.

As eleições presidenciais de 2018 foram atípicas, não apenas considerando-se a realidade Brasileira da Nova República, mas se comparada com outros países. A indústria das notícias falsas (*fake News*) tomou proporções alarmantes e o principal candidato não compareceu a grande parte dos debates de primeiro e a nenhum do segundo turno (alegando não ter condições em função de um atentado controverso que sofreu em meio a sua campanha). Contraditoriamente, na medida em que se multiplicavam, em todo o mundo, notícias alarmantes contra o principal candidato às eleições brasileiras e seus adversários alardeavam seu histórico misógino, machista, xenófobo, racista, sua campanha decolava.

Do outro lado, o radicalismo de ultradireita de Jair Bolsonaro, sua ligação com as forças armadas, sua pífia atuação parlamentar e os atos de violência vinculados a seus partidários e apoiadores, geraram uma reação das forças progressistas que decidiram colocar de lado suas desavenças partidárias e formar uma frente ampla a favor da democracia e do Estado de Direito. A candidatura de Fernando Haddad ganhou notório apoio da classe artística, de intelectuais e mesmo juristas, no entanto, o candidato do PT, professor universitário e ex-ministro da educação do governo Lula, responsável pela ampliação do ensino superior no país, não foi eleito.

O futuro governo do ex-militar contará com o apoio dos setores vinculados às igrejas evangélicas pentecostais, principalmente, da IURD e do império de comunicação de seu fundador, Bispo Edir Macedo. Também contará com o apoio dos setores vinculados ao agronegócio e da indústria de armas, ou seja, se beneficiou do aumento das bancadas evangélica, ruralista e da bancada da bala. Uma consulta aos dados que figuram no site do TSE, logo após as eleições, já nos mostra que o partido do presidente eleito também se beneficiou de sua ascensão, como as eleições também se deram para o corpo legislativo, o PSL aumentou sua bancada, contando com 52 vagas, tornando-se, assim, a segunda bancada depois do PT, que conseguiu 56 vagas. No senado, o partido conseguiu 81 cadeiras e elegeu, pela primeira vez na história, 2 governadores.

Antes da posse, o futuro governo já chamava atenção e causava polêmicas. Para a pasta da economia, o ultraliberal Paulo Guedes. Para a pasta da ciência e tecnologia, que pode

abrigar o ensino superior, retirado do ministério da educação (MEC), o astronauta da NASA, Marcos Pontes. Como ministro da defesa, o general Augusto Heleno. Sérgio Moro, o juiz com maior destaque na operação Lava Jato e responsável pela prisão de Lula, atua no cargo de ministro da justiça e segurança pública. Onyx Lorenzoni como o homem forte da Casa Civil, justamente, ele que foi denunciado por estelionato, sendo também alvo da lei Maria da Penha e tendo sido delatado por caixa 2 de campanha para deputado. Além dos nomes cotados e aceitos, gerou alvoroço a possível fusão do ministério do meio ambiente com o ministério da agricultura e a transferência da embaixada em Israel para Jerusalém, o que seria um afronta aos palestinos. Com poucos dias de governo, desencontros entre o discurso do presidente e de sua equipe e as folclóricas declarações da pastora e ministra Damares Alves, que ocupa a nova pasta da mulher, da família e dos Direitos Humanos.

As incertezas são consideráveis, mesmo assim, já é possível sinalizar a chegada de outros tempos na política brasileira e regional. O MERCOSUL não será uma prioridade e as relações com o governo Trump e outros governos de Direita na região serão reforçados. A tendência macroeconômica é a de se seguir um receituário ultraneoliberal. A prática discursiva e a oratória privilegiarão aspectos de segurança pública, defesa da família tradicional e o discurso anticorrupção e contrário às ideologias liberais (costumes e política) e progressistas. Movimentos sociais, classes populares, intelectuais e usuários dos serviços públicos ressentirão as políticas de governo.

Este é o início de uma nova era na política brasileira, a Nova República, fundada em 1985, acabou. Estamos diante de um novo giro democrático, um giro no sentido inverso. Tem início um novo período, uma espécie de Regime liberal-conservador apoiado em uma aliança oligárquica de caráter civil-militar.

Algumas considerações finais

*Quantas lágrimas, quanto sofrimento.
Dias a fio de tormento
Incompreensão misturada com revolta que bate no peito
Tantos sonhos e tantas lutas, espezinhados pelo ódio e preconceito.
Tantos livros agora queimando
Tanta poesia dilacerada
Todas as cores sendo negadas
Quantos sorrisos escondidos*

E era apenas o amor querendo existir

(*Apenas querendo existir*. autoria própria. 2018)

Há alguns anos venho me dedicando a compreender a dinâmica política dos países andinos, tendo-se em vista que aquela região chamou atenção por ser um ponto de instabilidade política e incertezas na América do Sul. O foco destas análises passou a ser a ideia de densidade democrática, algo que mirasse para mais além dos aspectos procedimentais e institucionais, incluindo-se uma visão socioeconômica. Logo, a associação entre democracias institucionalmente frágeis e o modelo neoliberal foram se tornando centrais a este entendimento. Recentemente, mudanças políticas nos países do Cone Sul, especialmente, no caso brasileiro, também passaram a despertar profundo interesse, tanto pelos desdobramentos internos futuros quanto pelo impacto para toda a região. Dessa forma, o intento dos últimos tempos foi o de incluir a análise do caso brasileiro em algumas reflexões. Além da discussão sobre densidade democrática também fora buscado o debate que considerasse estarmos presenciando um verdadeiro giro democrático na região. Assim, mais do que presenciar um movimento pendular entre esquerda e direita, na realidade, estaríamos diante de um momento de inflexão que coloca em xeque as jovens democracias surgidas com a terceira onda de democratização e, até mesmo, seu componente republicano.

A transição brasileira apresentou diversos obstáculos para a implantação de uma democracia densa, por seu caráter pactuado, pelas alianças políticas que a fundaram e permitiram a manutenção da impunidade com relação às atrocidades cometidas pelo regime militar. Nossa transição foi extremamente lenta e compreendida em diferentes fases. Inicialmente, fora provocada como abertura política por parte do próprio regime, em seguida marcado por uma eleição indireta para presidente e concretizando-se com uma eleição direta que demonstrou a fragilidade de nosso sistema político e partidário e um controle midiático determinante para os resultados obtidos. A estabilidade monetária e o controle inflacionário passaram a ser a grande meta da democracia brasileira, mais empenhada em formar consumidores do que cidadãos. Isto foi plasmado no período marcado pela busca da governabilidade que permeou o bipartidarismo *petucano*.

A estrutura econômica que historicamente marcou o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo foi mantida e o diferencial entre os dois governos, FHC e Lula, foi a redistribuição de renda que permitiu o ingresso de milhões de brasileiros nas classes médias.

As elites políticas e econômicas brasileiras e o capital internacional visavam, tão somente, que Lula pudesse conferir um rosto humano ao capitalismo. Para isto, algumas concessões poderiam ser feitas desde que o crescimento econômico fosse buscado e o controle da criminalidade e a relativa melhoria dos serviços públicos pudessem prevenir o país de um colapso social.

Contudo, grandes mudanças sociais não eram esperadas ou desejadas e nossa tradição republicana deveria continuar refletindo as bases de nossa sociedade colonial e monocrática. As bases de nossa democracia deveriam continuar a ser a da competição política, marcadamente, procedimental e minimalista.

Quando Lula faz sua sucessora, garantindo ainda mais dois mandatos para o Partido dos Trabalhadores, levando uma mulher, uma antiga militante e presa política ao cargo de primeira mandatária do país, o pacto ruiu. A democracia brasileira é desejável desde que os mesmos grupos políticos históricos se revezem no poder, desde que direitos não mexam com privilégios.

Varrer o Partido dos Trabalhadores do mapa político nacional e garantir os interesses das elites tradicionais implicou em estabelecer a debacle do regime democrático, abalado pelos acontecimentos questionáveis quanto ao impedimento da presidenta e da posterior prisão do ex-presidente petista. Estes são marcos que mostram o debilitamento político e institucional da democracia brasileira desde as jornadas de Junho de 2013, mas não são únicos. O giro democrático que, na atualidade, confere ao país um regime de baixa densidade democrática, apresenta retrocessos em diversas esferas e setores, desde os direitos humanos até direitos sociais, historicamente adquiridos. O governo Temer e a ascensão de Jair Bolsonaro são exemplares, neste sentido.

O Brasil se tornou um baluarte da grande desilusão latino-americana e do esgotamento das democracias que amanheceram no horizonte mundial com a terceira onda, há cerca de quatro décadas.

Referências:

- Calil, G.; Silva, C.; Silva, M. A. (Org.) (2016). *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre. FCM.
- Maciel, D. (2012). *De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo. Funape.

- Oliveira, R. P. de. (2017). La reconfiguración neoliberal en su vertiente neoconservadora: desafíos y retos para las democracias latinoamericanas. In: Vidal, G.. *Política Latinoamericana comparada*. México D.F. Editorial UAM.
- Oliveira, R. P. de. (2017). *Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul*. Porto Alegre. REVISTA DEBATES.
- Santos, W. G. dos. (2017). *A democracia Impedida: O Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro. FGV.